



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

MINUTA DE CONTRATO: SUSEP/DIRAD/CGEAF/COLIC/DILIC1 Nº 0018048/2016
PROCESSO Nº: 15414.603378/2016-41
INTERESSADO: ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DA SUSEP NO RIO GRANDE DO SUL, SERVIÇO

Contrato para prestação, sob demanda, de serviço de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais com fornecimento de material, equipamentos, ferramentas, EPI e mão de obra, nas instalações da SUSEP no Rio Grande do Sul, que fazem entre si a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a <nome da empresa>.

A **Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**, Autarquia Federal, ao Ministério da Fazenda, inscrita no CNPJ – MF sob o nº 42.354.068/0001-19, situada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro - Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada pelo (a) <cargo do ordenador de despesas>, Sr. <nome do ordenador de despesas>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF – MF sob o nº <nº do CPF>, consoante delegação de competência conferida pela **Portaria SUSEP nº xxxx, de xx de xxxxx de 200x**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a <nome da empresa>, inscrita no CNPJ – MF sob o nº <nº do CNPJ>, situada na <endereço>, neste ato representada pelo <nome do representante>, <nacionalidade>, <estado civil>, portador do documento de identidade nº <nº da identidade>, expedido pelo <órgão expedidor> e inscrito no CPF – MF sob o nº <nº do CPF>, doravante denominada **CONTRATADA**, ajustam entre si e celebram o presente Contrato, nos termos do Pregão Eletrônico nº X/201X, em conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e suas respectivas alterações, aplicando subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, as demais normas complementares, e do que consta do Processo SUSEP nº 15414.XXXXXX/2016-XX, mediante as condições inseridas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestar, sob demanda, serviço de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais com fornecimento de material, equipamentos, ferramentas, EPI e mão de obra, nas instalações da SUSEP no Rio Grande do Sul, com uma área total de 452,83m² e área privativa medindo 379,41m², localizada na Rua Coronel Genuíno, 421 – 11 andar – Centro Histórico – Porto Alegre / RS – CEP 90010-350, conforme o Termo de Referência **SUSEP/RS Nº 05/2016**.

Parágrafo primeiro. Manutenção Preventiva: conjunto de atividades técnicas e administrativas destinadas a prevenir a ocorrência de falhas ou defeitos de componentes ou sistemas das instalações prediais definidas neste Termo, preservando a

funcionalidade e as características de desempenho técnico dos sistemas além da segurança dos que trabalham ou circulam nas edificações, conforme normas técnicas específicas e demais especificações constantes no Termo de Referência **SUSEP/RS Nº 05/2016**.

Parágrafo segundo. Manutenção Correiva: aquela destinada a reparar e corrigir quebras, defeitos e imperfeições apresentados nas instalações prediais definidas neste Termo, mantendo-as em perfeito funcionamento e em plena capacidade.

Parágrafo terceiro. O representante legal da Contratada deverá, na data de homologação do certame licitatório, possuir certificação digital emitida por autoridade certificadora pertencente à cadeia da ICP-Brasil (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira) para assinatura do Termo de Contrato a ser encaminhado por email em formato PDF (Portable Document Format) pelo setor responsável da Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de até 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II, do art.57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo primeiro. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

Parágrafo segundo. A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

Parágrafo terceiro. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

Parágrafo quarto. A CONTRATADA concorde expressamente com a prorrogação.

Parágrafo quinto. No interesse da Contratante, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme exarado no art. 65, §1º e §2º, da Lei Federal nº. 8.666/1993.

Parágrafo sexto. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela SUSEP, após comunicação formal à contratada com no mínimo 30 dias de antecedência, caso seja realizada nova contratação cujo objeto substitua o presente serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** executará os serviços considerando a descrição contida nos itens 4, 5, 6, 7 e 8 do Termo de Referência **SUSEP/RS Nº 05/2016**., do Edital do Pregão Eletrônico nº X/201X.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

- a) Executar o objeto desta Licitação de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus Anexos, dentro do prazo estabelecido em contrato;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em virtude da fiscalização;
- c) Atender, prontamente, a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao contrato, sem ônus para a contratante;
- d) Cumprir integralmente todas as normas, métodos e especificações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
- e) Cumprir todas as normas das Concessionárias dos serviços públicos;
- f) Cumprir todas as normas regulamentadoras da Legislação sobre Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- g) Cumprir todas as determinações e orientações dos regimentos internos do Condomínio Edifício Esplanada dos Açores entre elas a proibição de pernoite nas dependências do edifício de funcionários da contratada, restrição de horários para execução dos serviços e outras que deverão ser temporariamente comunicadas à contratada pela contratante;
- h) Responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas nos serviços, até sua conclusão;
- i) Apresentar, antes de iniciar os serviços, listagem completa dos funcionários que estarão acessando o andar durante o período da reforma, para comunicação ao Condomínio e liberação de acesso aos mesmos;

- j) Providenciar, durante toda a execução dos serviços, a adequada proteção dos operários e demais ocupantes do edifício, das instalações e equipamentos existentes, garantindo a estanqueidade nos serviços quanto a eventuais danos que poderão ser causados por poeiras e resíduos de demolições, desmontagens, transportes, etc.;
- k) Suprir os serviços de reparos e adaptações de todos os equipamentos, ferramentas e mão de obra, necessários à execução, e que possibilitem imprimir andamento aos trabalhos, suficiente para a conclusão no prazo contratado;
- l) A Contratada deverá entregar, à Contratante, uma via das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), sempre que a sua emissão for necessária;
- m) Os prazos para registro e entrega da ART à CONTRATANTE deverão seguir rigorosamente o que determina a Resolução CONFEA nº 1025, de 30 de outubro de 2009, em especial o parágrafo 1º do artigo 4º e o parágrafo 1º do artigo 28;
- n) Fazer as comunicações prévias necessárias à fiscalização, principalmente no que diz respeito à necessidade de acesso em áreas restritas da cabine elétrica e prumadas elétricas e de telefonia por necessidade de acompanhamento condominial, e a necessidade de desligamento de sistemas elétricos, rede de hidrantes, alarme e prumadas de água, etc.;
- o) Executar os serviços com a utilização de mão de obra qualificada e suficiente a uma boa execução dos trabalhos, mediante a observância dos parâmetros e das normas estabelecidos, bem como das normas e das legislações vigentes;
- p) Responsabilizar-se pelas despesas alusivas a salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, fiscais, administrativos, vales-refeições, vales-transportes, sendo incluída a contratação e demissão de seu empregado, observando o piso salarial referente à categoria funcional, além de treinamento e/ou reciclagem, ou outras despesas decorrentes, direta ou indiretamente, da execução dos serviços necessários à execução do objeto deste Contrato;
- q) Subsistir, sempre que necessário, seus empregados, desde que sejam mantidas, no mínimo, as condições de habilitação e especialização do empregado substituído e haja concordância por parte do fiscal do Contrato;
- r) Fornecer uniforme e crachá com fotografia recente aos seus empregados colocados à disposição da contratante, com as respectivas despesas correndo por conta da contratada;
- s) Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução dos serviços, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;
- t) Responsabilizar-se, ressarcindo todo e qualquer dano à contratante ou a terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus empregados;
- u) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus representantes;
- v) Aceitar a fiscalização e acompanhamento dos serviços pelo Fiscal do Contrato;
- w) Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;
- x) Manter e exigir de seu empregado sigilo sobre dados que porventura venha a ter conhecimento por força da contratação;
- y) Responsabilizar-se inteiramente pelas penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes em razão do descumprimento das disposições legais que regem a execução da reforma;
- z) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização do Contrato e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;
- aa) Observar que a execução dos serviços deverá ser realizada, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, bem como nos horários permitidos pela administração do Condomínio Edifício Esplanada dos Açores. No caso de haver necessidade de se trabalhar nos fins de semana ou após o horário de funcionamento normal da Autarquia, a CONTRATADA poderá entrar em entendimentos com a Fiscalização do Contrato que, atendendo às exigências do Condomínio, poderá autorizar a realização dos serviços por escrito.
- ab) A empresa contratada deverá manter, durante toda a execução das obrigações assumidas e exaradas em contrato, compatibilidade com as determinações adimplidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas no caso concreto.
- ac) A contratada não poderá divulgar nem fornecer dados ou informações obtidas em função do vínculo

contratual estabelecido, tampouco utilizar o nome da Superintendência de Seguros Privados para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com prévia e expressa autorização da Autarquia.

ad) As visitas, os levantamentos e as vistorias às dependências da SUSEP/RS, bem como reuniões, serão realizados em horários previamente acordados entre as partes.

ae) Embora o local de execução do serviço seja na SUSEP em Porto Alegre / RS, o faturamento deverá ocorrer em nome de nossa Sede, sendo: Superintendência de Seguros Privados, CNPJ nº. 42.354.068/0001-19, UASG 173039, situada na Av. Presidente Vargas, 730 - 8º andar (Coordenação de Arrecadação e Finanças - CORAF), Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ. CEP 20071-900.

af) A CONTRATADA poderá, em se tratando de serviços de manutenção mais específicos, subcontratar, desde que: a) aprovada e autorizada pela fiscalização; b) não seja onerosa à contratante; c) A responsabilidade, tanto pela execução, quanto pelo resultado final seja da contratada.

ag) A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração em seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, a fim de serem tomadas as providências cabíveis;

ah) Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados serão consideradas regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela contratada, através de protocolo, carta ou telegrama, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes;

ai) A CONTRATADA assumirá total responsabilidade quanto aos defeitos dos materiais fornecidos por ela e a execução dos serviços, tanto na manutenção preventiva quanto na corretiva, comprometendo-se a repô-los ou refazê-los, se a SUSEP julgar conveniente;

aj) Promover anotação, registro, aprovação e outras exigências dos órgãos competentes com relação aos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;

ak) Quando for necessário reparar qualquer material para conserto, a contratada deverá deixar na SUSEP outro produto (como reposição) para que não haja desconinuidade da prestação do serviço

al) Sempre que solicitada, deverá fornecer comprovantes do cumprimento de suas obrigações com a legislação em vigor, cópias de exames médicos admissionais, valor de vales relativos aos empregados colocados à disposição da contratante, sem que este ou outro caracterize vínculo empregatício com a contratante;

am) Todas as dúvidas referentes ao serviço a ser prestado deverão ser esclarecidas antes da apresentação das propostas; não serão aceitos questionamentos posteriores referente à execução do serviço a ser contratado que puderem alterar ou modificar a proposta apresentada pela empresa. Face ao exposto, a visita técnica executada pela empresa contratada deverá ser minuciosa, e deverá ser feita por pessoa qualificada para verificar e quantificar todo o serviço a ser executado.

an) Todo o entulho e todo o material não utilizado na instalação serão de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA; devendo ser retirado do prédio no final de cada dia de serviço, na entrega definitiva dos serviços e sempre que solicitado pela SUSEP. O local deverá estar totalmente limpo, em perfeita ordem e em condições de uso ao final de cada dia e no momento da entrega do serviço.

ao) Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração;

ap) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

aq) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

ar) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração;

as) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e regras estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

at) Os serviços deverão ser executados de forma que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento da Administração.

au) A Contratada deverá zelar para não danificar os pisos, as paredes, os forros, os móveis, etc., tomando

todas as precauções necessárias para não riscar e/ou impregná-los com sujeiras, adotando as ações cabíveis para entregar os locais dos serviços em perfeito estado.

av) A Contratada deverá exigir de seus empregados que mantenham limpos os lugares onde estiverem trabalhando, livres e desobstruídos, visando minimizar o impacto dos serviços nos ambientes. Após a conclusão dos serviços, efetuar a limpeza completa do local, antes de comunicar a Contratante o encerramento dos trabalhos para fins de vistoria e aceite pela Contratante

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

- a) Proporcionar as facilidades necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, franqueando livre acesso da CONTRATADA e de seus responsáveis técnicos aos locais dos mesmos, dentro dos horários estipulados, observadas as normas internas;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato administrativo por um representante especialmente designado, nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº. 8.666/1993;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados pela contratada, a fim de proporcionar o cumprimento das obrigações geradas;
- d) Não utilizar a contratada em outros serviços não abrangidos no contrato;
- e) Efetuar o pagamento dos serviços executados pela contratada, nas formas e prazos estabelecidos no item 15 deste documento.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

O preço dos serviços contratados corresponde à importância mensal de R\$ XXXXXX (valor por extenso).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Durante o período de vigência contratual, os valores estabelecidos para cada item licitado serão irrevogáveis, com exceção do item 3 referente ao uso e/ou substituição de materiais necessários aos serviços de manutenção, sejam eles preventivos ou corretivos, os quais poderão ser pagos pelo valor atualizado correspondente às tabelas do SINAPI, ou de pesquisas de mercado quando tais materiais não constem das citadas tabelas e desde que se possa comprovar os preços compatíveis com os de mercado, sendo certo que tais preços poderão oscilar tanto para cima, com majoração, como para baixo, com redução em relação à tabela anterior.

Parágrafo primeiro. Tanto no caso de reajuste de preços praticados refletidos nas tabelas do SINAPI, como no de preços médios definidos por pesquisas de mercado, deverá ser aplicado um desconto percentual idêntico ao da proposta original do licitante contratado, caso este tenha ofertado preços com desconto, inclusive mantendo-se os percentuais de BDI definidos na proposta.

Parágrafo segundo. Fica estabelecido que não será assegurada manutenção do preço original, caso a variação ocorrida nas tabelas do SINAPI ou da pesquisa de mercado para um item em particular seja para menor.

Parágrafo terceiro. Em qualquer caso, caberá ao fiscal do contrato e com auxílio do setor administrativo competente controlar os pagamentos de materiais utilizados, de forma a não extrapolar o total fixado como orçamento máximo para o item 3 licitado.

Parágrafo quarto. Caso o contrato venha a ser prorrogado, desde que satisfeitas as condições para a sua prorrogação, poderá ser reajustado com relação aos valores de mão de obra, que correspondem aos itens 1 e 2 da licitação, de acordo com os códigos correspondentes aos profissionais definidos no ANEXO V do Termo de Referência, tomando-se por base o valor informado na mais atualizada tabela divulgada do SINAPI para o Estado do Rio Grande do Sul, e com o devido desconto idêntico ao da proposta original de preços da Contratada, quando for o caso, e mantendo-se o percentual de BDI correspondente.

Parágrafo quinto. O reajuste praticado em eventuais prorrogações contratuais tem o mero caráter de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, tendo por base os custos de mão de obra oficiais definidos pelo Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, estando sujeito à preclusão, isto é, à renúncia tácita de reajustamento caso o Contratado não apresente solicitação formal para a aplicação do reajuste até a data de advento da prorrogação.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

O recurso orçamentário destinado a atender as despesas decorrentes deste Contrato corresponde ao **valor total de R\$ xxx,xx** (valor por extenso) para o período 12 (doze) meses, correndo R\$ xxx,xx (valor por extenso) por conta da dotação orçamentária consignada à **CONTRATANTE**, no exercício financeiro de 201X, pelo programa de trabalho <xxxxxxxxxxxxxxxx>, na categoria econômica <xxxxxx>, conforme Nota de Empenho 201XNE90XXXX e R\$ xxx,xx (valor por extenso) a ser empenhado no exercício seguinte.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

Em contraprestação aos serviços prestados, o pagamento será efetuado mensalmente e em moeda corrente nacional, por meio de ordem bancária e crédito em conta corrente até a data de vencimento da fatura, que deverá ser enviada à SUSEP/DF com antecedência mínima de 10 dias do vencimento.

Parágrafo primeiro. A contratada deverá observar toda a legislação tributária e demais pertinentes vigentes sobre notas fiscais/ faturas e tributos e especificar o objeto e o mês da prestação do serviço no corpo da nota fiscal.

Parágrafo segundo. O número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, indicado na nota fiscal/fatura, deverá coincidir com o apresentado na proposta da contratada, o qual será utilizado para consulta ao SICAF, bem como para emissão de notas de empenho.

Parágrafo terceiro. Previamente à contratação e antes de cada pagamento, será emitida, pela contratante, através de consulta “on line”, certidão que comprove a regularidade da situação da contratada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.

Parágrafo quarto. Conforme decidido no âmbito do Acórdão nº 1.054/2012 – Plenário do Tribunal de Contas da União a SUSEP exigirá, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas, de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440/2011.

Parágrafo quinto. O pagamento poderá ser realizado ainda que constatada irregularidade fiscal (SICAF) ou trabalhista (CNDT). Neste caso, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da contratada de corrigir a situação, a contratante concederá um prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período por solicitação da contratada, para regularização, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções de multa e de impedimento de licitar e contratar com a União por até 5 (cinco) anos.

Parágrafo sexto. A contratada poderá ser penalizada, de acordo com a legislação vigente e com as cláusulas deste Termo, caso não mantenha regular suas certidões obrigatórias.

Parágrafo sétimo. Será feita retenção dos tributos exigíveis pela legislação vigente, exceto se a contratada tiver optado pelo SIMPLES, hipótese em que deverá comprovar tal condição mediante fornecimento de cópia do respectivo termo de opção, desde que esta opção não seja vedada pelo art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Será aplicado o percentual constante da tabela de retenção da Instrução Normativa nº 480/2004, da Secretaria da Receita Federal ou a que vier a substituí-la.

Parágrafo oitavo. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura, por incorreções, a contagem do prazo iniciará a partir da nova data de entrega, no protocolo da SUSEP.

Parágrafo nono. As multas e retenções que porventura existam poderão ser, a critério da Administração da SUSEP, deduzidas no próprio valor a ser pago ou da garantia do contrato.

Parágrafo décimo. O pagamento está condicionado à apresentação dos relatórios de manutenção preventiva, corretiva (se houver) e a planilha de material previstas no Termo de Referência.

Parágrafo décimo primeiro. O pagamento mensal está condicionado à apresentação, no protocolo da Autarquia, das faturas/ notas fiscais, dos relatórios de manutenção preventiva e corretiva, devidamente assinados, pelo engenheiro/preposto responsável, da planilha de horas de manutenção preventiva devidamente cumpridas, da planilha de materiais efetivamente utilizados e da planilha de manutenção corretiva, comprovadas, das notas fiscais de todos os materiais fornecidos, das pesquisas de preços realizadas pela contratada e de toda a documentação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços será exercida pela SUSEP, através de servidor da SUSEP/RS, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA com a perfeita execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoa habilitada, observando o fiel cumprimento da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02, de 30 de abril de 2008, das Normas Internas e do disposto neste Contrato, na forma do art. 67 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Parágrafo primeiro. A Contratada se sujeitará a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da SUSEP quanto à execução dos serviços, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;

Parágrafo segundo. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas às autoridades superiores da **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção de medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por inadimplemento de suas cláusulas ou quando verificados os fatos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observadas as disposições contidas nos arts. 79 e 80 da referida Lei, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo primeiro. Ocorrendo a rescisão por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, além das penalidades administrativas cabíveis, esta responderá por perdas e danos e demais cominações legais.

Parágrafo segundo. O Contrato também poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, por motivo de conveniência da Administração, notificando-se à **CONTRATADA** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, ainda, por acordo entre as partes.

Parágrafo terceiro. Em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial do Contrato, prevista no art. 77 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, a **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração Pública.

Parágrafo quarto. Em caso de rescisão contratual, o documento expedido para comunicação substituirá o Termo Rescisório, ficando as partes contratantes desobrigadas dos compromissos assumidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas na forma e nos prazos estabelecidos sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades constantes do art. 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, c/c o art. 28 do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, garantida a prévia defesa.

Parágrafo primeiro. Em caso de inexecução do contrato, erro na execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

a) Multas Contratuais:

a.1) Diária de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor correspondente ao valor deste Contrato, por dia de atraso na entrega da garantia, limitada a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

a.) Diária de 1% (um por cento) sobre o valor correspondente ao valor total deste Contrato, por dia de atraso no início da prestação dos serviços, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;

a.3) De 1% (um por cento) sobre o valor correspondente ao valor total deste Contrato, por ocorrência, se não respeitados os prazos apontados no item 4.5. deste Termo de Referência, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato;

a.4) De 1% a 10% (um a dez por cento) do valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição deste Contrato, não especificada nas outras alíneas deste inciso, aplicada em dobro na sua reincidência, limitada, também neste caso, a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, por ocorrência;

a.5) Diária de 1% (um por cento) sobre o valor mensal fixo deste Contrato, pela recusa em corrigir ou substituir qualquer serviço ou material rejeitado ou com defeito, no prazo determinado pela SUSEP, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, por ocorrência;

a.6) De 1% a 10% (um a dez por cento) do valor total do Contrato, pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, e aplicada em dobro quando caracterizar a reincidência no cometimento de infração da mesma espécie, ainda que concernente a período de referência distinto, limitada, também neste caso, a 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato;

a.7) De 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao valor total deste Contrato no caso de sua rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE**, motivado por culpa da **CONTRATADA**, inclusive pelo descumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

b) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, e, descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, para licitante que: não celebrar o contrato; deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar na execução do contrato; fraudar a execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Parágrafo segundo. A contagem dos dias para aplicação das multas diárias tratadas nesta Cláusula terá início na data de caracterização do descumprimento contratual ou, no caso de ter sido encaminhada comunicação formal, para regularização

da execução contratual, no dia seguinte ao término do prazo eventualmente estipulado pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. As penalidades poderão ser combinadas e não há necessidade de primeiro serem aplicadas penas mais brandas, podendo a **CONTRATANTE**, dependendo do ocorrido, aplicar diretamente as penalidades mais graves.

Parágrafo quarto. No processo de aplicação de sanções, será sempre assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo quinto. A penalidade aplicada será registrada no SICAF.

Parágrafo sexto. A data de vencimento de multa aplicada em última instância ou de cuja aplicação não venha a ser apresentado recurso será o último dia útil anterior ao dia 15 do mês subsequente à data de assinatura da correspondência de notificação da sua aplicação ou da decisão em última instância.

Parágrafo sétimo. As multas aplicadas poderão ser descontadas da garantia prevista no Contrato, dos pagamentos devidos à contratada, recolhidas à conta Única do Tesouro Nacional em favor da SUSEP ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, será exigida a prestação de garantia no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da SUSEP, contados da data da notificação da contratada, na forma do disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 56, da Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa MP nº 02/2008 e suas alterações posteriores, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, observando o disposto a seguir:

- a) A garantia prestada poderá responder por multas eventualmente aplicadas à contratada ou reverter-se em favor da SUSEP, nos casos de prejuízos causados por culpa da contratada.
- b) Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, a contratada deverá proceder à respectiva reposição, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que for notificada pela SUSEP.
- c) A importância referente à garantia deverá ser complementada pela contratada, caso venha a ocorrer algum acréscimo do valor do Contrato ou renovada no caso de vencimento, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que foi notificada pela SUSEP, prevalecendo o mesmo percentual.
- d) A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor da SUSEP.
- e) A garantia na modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar os eventos indicados nos itens do parágrafo seguinte.
- f) A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 - f.1) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - f.2) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato; e
 - f.3) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.
- g) A garantia será considerada exenta:
 - g.1) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da SUSEP, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato; e
 - g.2) no prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do Contrato, caso a SUSEP não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) É vedada a utilização da garantia ou deste Contrato para qualquer operação financeira, bem como a cessão, a subcontratação ou a transferência total ou parcial a terceiros da execução dos serviços contratados, sem o prévio consentimento da **CONTRATANTE**, sob pena da aplicação de sanções e penalidades previstas na Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e conseqüente registro no SICAF.

b) A **CONTRATANTE** poderá solicitar a qualquer tempo, quaisquer documentos da **CONTRATADA**, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela **CONTRATANTE**.

c) Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax ou outros dados pertinentes, serão consideradas como

regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela **CONTRATADA** através de protocolo, carta registrada ou telegrama.

d) Só será permitida a permanência do empregado designado pela **CONTRATADA** nas dependências da **CONTRATANTE**, durante o período em que estiver prestando os serviços.

e) A **CONTRATADA** deverá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos §§ 1º e 2º, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

f) A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a **CONTRATANTE** e os empregados indicados pela **CONTRATADA** para execução dos serviços. Caso a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes às relações de emprego, a **CONTRATADA** obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

g) São partes integrantes deste Contrato: o Edital e seus Anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA** no que não conflitar com as partes deste Contrato.

h) A **CONTRATADA** deverá ser registrada na junta comercial do objeto relativo ao presente Contrato.

i) A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas no Edital de Pregão Eletrônico nº X/201X.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, não resolvidas administrativamente, as partes elegem o Juízo Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Instrumento na Imprensa Oficial no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

E por estarem as partes justas e pactuadas, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Rio de Janeiro, xx de xxxxxxxxxxx de 201X.

Nome

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Nome

Empresa contratada

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2016.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **MAIQUEL HENRI ELIAS CORDEIRO (MATRÍCULA 1573237)**, **Chefe de Divisão**, em 21/09/2016, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0018048** e o código CRC **5D871C4B**.